

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO E DE CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA GRUPOS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Erika Piovesan Nascimento

Faculdade de Tecnologia de Mococa
Discente do curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

Profa. Dra. Mirina Luiza Myczkowski Gomes

Faculdade de Tecnologia de Mococa
Docente do curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

RESUMO

Agricultura familiar é o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo, como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal - que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades grandes, medias e pequenas. O objetivo deste trabalho foi analisar exemplos de cooperativas de pequenos produtores e a importância de centros de distribuição de produtos para grupos de pequenos produtores. Foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica baseada em materiais já elaborados como livros e artigos científicos. Os agricultores familiares, considerados por algumas pessoas como pequeno agricultor, tem imensa relevância para o país. São eles que plantam, produzem a maioria dos alimentos que consumimos além de gerar emprego e renda para as pessoas do município onde está localizada a propriedade. Por esse fato, pode-se dizer que é uma classe que necessita de apoio, incentivo, e recursos financeiros e quanto mais organizados forem, mais poderão agregar valor aos seus produtos, conseguirão manter seus produtos no mercado e poderão também contribuir para o desenvolvimento econômico de onde estão inseridos.

Palavras-chave: agricultura familiar, cooperativismo, distribuição

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um tipo de agricultura que é desenvolvida em pequenas propriedades rurais. De forma generalizada costuma-se definir a agricultura como o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupas, construções, medicamentos, ferramentas, etc. Sua origem remota ao período neolítico há mais de 10 mil anos, em algumas regiões pouco

numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Embora datem seu início, há tempos bem remotos, convém lembrar que o homem surgiu há mais de 100 mil anos. Foi nesse período histórico que ocorreu a evolução da pedra las-cada para a pedra polida, bem como, o surgimento da cerâmica (MAZOYER ; ROUDART, 2010)

Ploeg (2014), destaca que a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem, ou seja, a realidade dessa forma de produção vai além dos dois principais aspectos comumente usados para descrevê-las: família como proprietária das terras e trabalho realizados por seus membros

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres as quais detêm, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos, terra, capacitação, organização, conhecimento.

O objetivo deste trabalho foi analisar exemplos de cooperativas de pequenos produtores e a importância de centros de distribuição de produtos para grupos de pequenos produtores.

AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar não é [...] um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações (ALTAFIN, 2007, p. 1)

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o

crescimento sustentável da agricultura familiar. Segundo José de Souza Martins (2001), a Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, foram criados e implantados alguns programas que fazem parte de políticas públicas, tais como o PRONAF, o PAA e o PNAE (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014). O objetivo foi promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares para propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. (SOUZA, 1999).

Segundo dados da FAO (2018) cerca de 80% da produção mundial de alimentos provem da agricultura familiar, sendo responsável por uma ocupação de 85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Ainda destaca que no Brasil mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar, e, esse cenário brasileiro, permite que o país se destaque como a 8ª maior produtora de alimentos no mundo nesse segmento (SEAD, 2018).

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é hoje, mais do que nunca, espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas, motivo pelo qual a agricultura familiar é aqui compreendida numa concepção mais ampla incluindo, de forma integral, atividades como a organização de agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não-agrícolas, turismo, pesca, artesanato etc., conformando o que hoje denomina-se “novo mundo rural” (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, 1995; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL

FAO (2012) considera a agricultura familiar como um poderoso segmento da sociedade que pode garantir a segurança alimentar da população mundial na atualidade e, principalmente, para as futuras gerações

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Bialoskorski Neto (2006) explica que, em determinadas situações de imperfeição do mercado, a cooperação tende a resultar numa forma eficiente de coordenação, podendo

propiciar o bem estar dos seus diversos grupos. Entre as funções da cooperativa, Cook e Chaddad (2004) destacam a melhoria do retorno do agricultor, a diminuição dos custos de transação e a redução dos riscos de renda

Se assemelham bastante a associações, cuja administração é coletiva, com princípios baseados na democracia. Para a denominação de cooperativa, se faz necessário, no mínimo 20 pessoas que representem uma mesma atividade, tal como produtores rurais (MINATEL & BONGANHA, 2015). Outras vantagens das cooperativas é o aprendizado em busca de novas soluções locais, aumento da responsabilidade individual e o senso de trabalho em grupo, que fortalecem a autoestima e a autoconfiança (MINATEL & BONGANHA, 2015).

O associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Ele representa uma maneira de sobrevivência no ambiente concorrencial, como destaca Maraschin (2004). Agricultura familiar e associativismo estão intimamente relacionados, mormente quando se verifica que as políticas públicas estimulam esta forma de organização solidária ao apoio financeiro que visa a realização das inversões necessárias para a exploração das unidades produtivas, tanto em nível de necessidades individuais quanto coletivas.

Cavalcanti (2006:12) informa que o “Cooperativismo é uma doutrina econômica estruturada para a geração de riquezas por meio do livre associativismo entre pessoas que, espontaneamente, concordam em criar uma cooperativa, unidas pelos mesmos ideais e tendo os mesmos objetivos. O Cooperativismo, então, seria uma alternativa de exploração de atividade econômica que objetiva a satisfação das necessidades comuns de seus associados ou cooperados de forma conjunta e não com exclusividade para este ou aquele membro.

Quanto ao associativismo, Sperry e outros (2003), afirmam que após a criação de associações formadas por pequenos agricultores, as lavouras desse tipo apresentaram-se como possibilidades bem maiores do que as de fundo assistencial. A exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO,2015)

Para Pitaguari e Lima (2005), políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito de fertilização natural do solo, o que o agricultor compensava (e ainda compensa) com constantes deslocamentos em busca de novas áreas de cultivos.

Em alguns casos políticas públicas de desenvolvimento rural e a agricultura familiar são partes de um mesmo corpo, que representam os interesses vitais de uma comunidade ou território. Em outros, são atribuições exclusivas das administrações, do político, nas quais nem sempre as famílias se veem associadas ou reconhecidas. Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano social, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

Conforme salientou Pochmann (2003), a formulação de uma política pública está essencialmente calcada em um ambiente de incertezas. Na medida em que se desdobra a interação institucional com agentes públicos inter e extragovernamentais, as limitações orçamentárias, as transformações autônomas da realidade social e as deficiências de informações exigem, uma constante readequação normativa.

PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar)

Foi criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores — aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar. O intuito desse programa é, fortalecer as atividades desenvolvidas pelo pequeno agricultor, conhecido como agricultor familiar,

integrando-o à cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo. Com isso, o produto fabricado por ele passa a contar com um valor agregado, o que, no final, também refletirá em um aumento da renda familiar. mentos sociais (Neves et al., 2020).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com intuito de disponibilizar soluções de crédito e apoiar de forma diferenciada o agricultor familiar, promovendo uma solução de microcrédito para um segmento que não conseguia acessar as linhas de crédito tradicionais (Guanziroli, 2007). As ações do Programa visam melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, estimulando o desenvolvimento sustentável, decorrente da ampliação da capacidade produtiva com novas oportunidades de emprego e renda, fomentando também avanços tecnológicos e gerenciais (BRASIL, 1996).

METODOLOGIA

Este trabalho está vinculado ao projeto em RJI da Profa.Dra. Mirina Luiza Myczkowski Gomes intitulado “Análise da comercialização e possível agregação de valor de produtos oriundos da agricultura familiar da cadeia produtiva de hortaliças em Mococa-SP”, o qual tem principal objetivo o estudo de meios de desenvolvimento do pequeno produtor. Foi realizado por meio de *Pesquisa Bibliográfica* baseada em materiais já elaborados como livros e artigos científicos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EXEMPLO DE COOPERATIVA E ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES

A. COPAVAL



Fonte: <https://coopavel.com.br/a-coopavel/>

Segundo informações do site da Coopavel, em 1970, um grupo de 42 agricultores funda uma pequena cooperativa em Cascavel, Oeste do Paraná. A ideia era concentrar sua produção de grãos. Com o passar dos anos, a iniciativa se transformou em uma das 20 maiores empresas do agronegócio brasileiro. Hoje, a Coopavel conta com 26 filiais instaladas em 17 municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná. São mais de 5.370 associados e 5.550 colaboradores diretos. Eles contribuíram para que a cooperativa agro atingisse um faturamento de mais de R\$ 2,5 bilhões em 2018.

B. COPERFAM



Fonte: <http://www.coperfam.com.br/>

A Coperfam (Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar) teve seu início fomentado pelo SEBRAE Barretos SP e amparado pela Coopercitrus em Bebedouro

SP, e em 31 de maio de 2012 foi constituída a COPERFAM, uma cooperativa formada por agricultores familiares. Hoje a cooperativa conta com mais de 148 associados situados no norte do Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro.

A missão da COPERFAM é oferecer aos consumidores, produtos diferenciados que tragam satisfação aos clientes e qualidade de vida aos agricultores que o produzem. O principal objetivo é a organização e comercialização de produtos agrícolas no PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) e no varejo, além da parceria com indústria de suco para a venda de laranja certificada de nossos cooperados com o selo FAIRTRADE.

C. COOPERALFA



Fonte: <http://www.cooperalfa.com.br/nossa-historia>

Criada em 1967 como CooperChapecó, a cooperativa catarinense tinha como objetivo resolver os problemas de venda e escoamento da produção de grãos e suínos de pequenos e médios produtores. Hoje, já sob o nome de CooperAlfa, a cooperativa – com quase 20 mil associados – tem diversos segmentos de atuação: fomento e comercialização da produção agropecuária de seus associados (com milho, soja, trigo, feijão, suinocultura, avicultura e leite).

Além disso, produz sementes, rações e suplementos e possui ainda rede com 60 supermercados, 88 lojas agropecuárias e dois postos de combustíveis. Em 2018, o faturamento foi de R\$ 3,3 bilhões.

IMPORTANCIA DE CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO PARA GRUPOS DE PEQUENOS PRODUTORES

A agricultura familiar tem uma grande importância para a economia nacional, pois ela está mais presente nas mesas dos brasileiros que se imagina, como registrado por Contini; Gasques; Leonardi (2004) ela é responsável pelo leite, feijão, milho, suíno, mandioca, aves e ovos.

De acordo com Coughlan et al. (2002), canal de distribuição é um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de disponibilizar um produto ou serviço para uso ou consumo, os canais de distribuição podem ser visto como uma rede de trabalho que cria valor para o usuário final, gerando utilidade de forma, posse, tempo e lugar. Isto porque os consumidores não podem obter um produto acabado a não ser que o mesmo seja transportado para onde ele possa ser acessado, estocado até que sejam necessários e eventualmente trocado por dinheiro ou outros produtos/serviços que permitam a posse

Para Fleury; Wanke; Figueiredo (2000) canal de distribuição é um conjunto de organizações, instituições e agentes, sejam eles internos e/ou externos, que tem como finalidade de executar as funções de marketing de produtos e serviços de determinada empresa

Segundo Dias (2005) o sistema de distribuição pode ser classificados em tipos que são:

Distribuição direta: é o processo de comercialização que ocorre sem a participação de outra pessoa jurídica. Pode ser realizada por meio de venda pessoal, marketing direto, telemarketing, internet, entre outros.

Distribuição indireta: Caracteriza-se por utilizar as figuras do atacadista e/ou varejista. Este tipo de distribuição possui três subdivisões que são:

Intensiva: que tem como objetivo principal colocar seus produtos em qualquer ponto de venda que possa comercializá-lo.

Seletiva: que leva em conta a imagem do produto.

Exclusiva: é empregada quando se quer preservar ao máximo a imagem do produto.

Membro do canal de distribuição

Intermediários: são os que participam diretamente no canal e são formados por qualquer membro que não seja o fabricante ou o usuário final, podendo ser empresas atacadistas ou varejistas. Estes intermediários compram os produtos dos produtores e realizam as vendas em locais próximos (pontos, feiras, domicílios, etc...)

Centro Distribuição conhecido também como CD é uma unidade construída por empresas industriais, retalhistas para armazenar os produtos produzidos ou comprados para revenda, com a finalidade de despachá-los para outras unidades, filiais ou clientes.

Logística

"Logística é a parte do Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento que planeja, implementa e controla o fluxo e armazenamento eficiente e econômico de matérias-primas, materiais semi-acabados e produtos acabados, bem como as informações a eles relativas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes" (Carvalho, 2002, p. 31)

A logística envolve planejamento, implementação e controle dos fluxos fixos de materiais e bens finais, do ponto de origem aos pontos de uso para atender às exigências do consumidor a determinado lucro (Kotler, 1998). O objetivo da logística é entregar os produtos certos, nos lugares certos, no tempo certo e pelo menor custo.

No ponto de vista do cliente, a logística tem como objetivo atender a necessidade do mesmo, entregando o produto/serviço desejado dentro do prazo combinado, atendendo assim a expectativa esperada com um custo razoável, conforme BALLOU, Ronald H (1993). Um canal de distribuição bem desenhado e bem administrado não pode existir sem um fluxo eficiente de produtos para os membros do canal e os mercados-alvo finais. Em suma, a gestão de canal e a gestão logística andam juntas para proporcionar uma distribuição eficaz e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agricultura familiar é o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo, como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal - que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades grandes, medias e pequenas.

Os agricultores familiares, considerados por algumas pessoas como pequeno agricultor, tem imensa relevância para o país. São eles que plantam, produzem a maioria dos alimentos que consumimos além de gerar emprego e renda para as pessoas do município onde está localizada a propriedade. Por esse fato, pode-se dizer que é uma classe que necessita de apoio, incentivo, e recursos financeiros e quanto mais organizados forem, mais poderão agregar valor aos seus produtos, conseguirão manter seus produtos no mercado e poderão também contribuir para o desenvolvimento econômico de onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

BALLOU, Ronald H. "Logística Empresarial", Editora Atlas (1993)

Banco Central do Brasil. (1995). Resolução 2191 de 24 de agosto de 1995.

BIALOSKORSKI NETO, S. Aspectos econômicos das cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CAVALCANTI, Marly e outros. Gestão Social, estratégias e parcerias – redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006. 321 p.

CONTINI, Elisio; GASQUES, José Garcia; LEONARDI, Renato Barros de Aguiar. Evolução recente e tendências do agronegócio. Revista de Política Agrícola, Brasília, Ano XV, número 1, p. 5-28, trimestral, Jan/Fev/Mar. 2006.

COOK, M. L.; CHADDAD, F. R. Redesigning cooperative boundaries: the emergence of new models. American Journal of Agricultural Economics, Lexington, v. 86, n. 5, p. 1249-1253, 2004

COUGHLAN, A. T. et al. Canais de marketing e distribuição. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 461 p. Inclui índice. ISBN 85-7307-974-6.

DIAS, Sérgio Roberto. Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2005

FAO. Food and Agricultural Organization. El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar 2018

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. Logística empresarial: a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000

Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em: 1 fev. 2013.

Guanzioli, C. E. (2007). PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, 45 (2).

KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725 p. Inclui índice. ISBN 85-224-1825-X

MARASCHIN, A. F. As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS, 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARTINS, José de Souza. Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. Santiago Chile, 2001

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010,

MINATEL, J. F. & BONGANHA, C. A. Agronegócios: A importância do Cooperativismo e da Agricultura Familiar. Empreendedorismo, Gestão Negócios v. 4 n. 4 p. 247-259. Mar. 2015.

NASCIMENTO, JaquelineSilva; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; PADOVAN, Milton Parron. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Cadernos de Agroecologia, v. 9, n. 4, 2014.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. Agriculturas. Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014

POCHMANN, Marcio. Outra cidade é possível. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SOUZA, M. M. O. Programas de crédito rural orientado e o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 1999

SPERRY, Suzana, CARVALHO Júnior, Carlos H. T. & MERCOIRET, Jacques. Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais. Distrito Federal: Embrapa, 2003. 150 p